

No. 195

**BRAZIL
and
VENEZUELA**

**Treaty for the pacific settlement of disputes. Signed at
Caracas, on 30 March 1940**

Official texts : Portuguese and Spanish.

Filed and recorded at the request of Brazil on 1 May 1950.

**BRÉSIL
et
VENEZUELA**

**Traité pour le règlement pacifique des différends. Signé à
Caracas, le 30 mars 1940**

Textes officiels portugais et espagnol.

Classé et inscrit au répertoire le 1^{er} mai 1950 à la demande du Brésil.

... de in John

PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS

No. 195. TRATADO PARA A SOLUÇÃO PACÍFICA DAS
CONTROVÉRSIAS ENTRE O BRASIL E A VENEZUELA

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República dos Estados Unidos da Venezuela, sinceramente desejosos de expressar de forma solene os sentimentos pacíficos que animam os respectivos povos e de manifestar o desejo de renunciar ao recurso às armas como instrumento da política recíproca dos dois países, resolveram celebrar um tratado para a solução pacífica das controvérsias que, entre ambos, se possam suscitar, e, para esse fim, designaram como plenipotenciários, a saber :

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor José Francisco de Barros Pimentel, Embaixador do Brasil em os Estados Unidos da Venezuela;

O Presidente dos Estados Unidos da Venezuela, o Senhor Doutor Esteban Gil Borges, Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos da Venezuela;

Os quais, depois de haverem trocado os respectivos plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes :

Artigo Primeiro

As duas Altas Partes Contratantes se comprometem, reciprocamente, a não recorrer, em nenhum caso, à guerra, ou praticar qualquer ato de agressão, uma contra a outra.

Artigo II

As duas Altas Partes Contratantes assumem, igualmente, o compromisso de submeter a um dos processos de solução pacífica indicados no presente tratado todas as controvérsias, de qualquer natureza ou causa, que surgirem entre elas e que não tenha sido possível resolver amigavelmente pelos meios diplomáticos ordinários.

Artigo III

Sob reserva do disposto no final do artigo anterior, serão submetidas à decisão da Corte Permanente de Justiça Internacional ou de um tribunal

SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL

No. 195. TRATADO PARA LA SOLUCION PACIFICA DE
LAS CONTROVERSIAS ENTRE BRASIL Y VENEZUELA

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil y el Presidente de la República de los Estados Unidos de Venezuela, sinceramente deseosos de expresar en una forma solemne los sentimientos pacíficos que animan a sus respectivos pueblos, y de manifestar el deseo de renunciar al recurso de las armas como instrumento de la política recíproca de los dos países, han resuelto celebrar un tratado para la solución pacífica de las controversias que entre ambos puedan suscitarse, y con tal fin han designado como plenipotenciarios, a saber :

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil : al señor José Francisco de Barros Pimentel, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil en los Estados Unidos de Venezuela;

El Presidente de los Estados Unidos de Venezuela : al señor doctor Esteban Gil Borges, Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos de Venezuela;

Los cuales, después de haber canjeado sus respectivos plenos poderes, que fueron hallados en buena y debida forma, han convenido en las disposiciones siguientes :

Artículo I

Las dos Altas Partes Contratantes se comprometen recíprocamente a no recurrir, en ningún caso, a la guerra, ni ejercer, la una contra la otra, ningún acto de agresión.

Artículo II

Las dos Altas Partes Contratantes se comprometen, igualmente, a someter a uno de los procedimientos de solución pacífica indicados en el presente tratado, todas las controversias, sean cuales fueren su naturaleza o causa, que surgieren entre ellas y que no haya sido posible resolver amigablemente por los medios diplomáticos ordinarios.

Artículo III

Bajo la reserva de lo estipulado en la parte final del Artículo II, serán sometidas a la decisión de la Corte Permanente de Justicia Internacional o

arbitral todas as controvérsias que não tenham sido solucionadas por meio de processo de conciliação previsto no presente Tratado e que tenham por objeto :

- a) a interpretação de um tratado;
- b) qualquer ponto de direito internacional;
- c) a existência de qualquer fato que, se verificado, constituiria violação de um compromisso internacional;
- d) a natureza e a extensão da reparação devida por essa violação.

Quando houver divergência entre as Partes Contratantes sobre se o litígio está ou não incluído em alguma das categorias acima indicadas, essa questão preliminar será submetida à Corte Permanente de Justiça Internacional. Ambas as Partes se comprometem a acatar a opinião da Corte a tal respeito e a proceder conseqüentemente.

Artigo IV

Em cada caso particular, que haja de ser submetido à Corte Permanente de Justiça Internacional, ou a um tribunal arbitral, as Partes Contratantes firmarão um compromisso, por notas trocadas entre ambas, no qual se determinem claramente o objeto do litígio, os poderes conferidos à Corte ou ao tribunal arbitral, os prazos e demais condições combinadas entre elas.

A falta de acordo entre as Partes, sobre o compromisso, e depois de aviso prévio de um mês, qualquer delas terá a faculdade de levar a questão diretamente, por via de simples requerimento, à Corte Permanente de Justiça Internacional.

Artigo V

As questões que já tenham sido objeto de acordo definitivo entre as duas Partes Contratantes não poderão dar lugar a recurso para a Corte Permanente de Justiça Internacional, salvo se a controvérsia versar sobre interpretação ou execução de tal acordo. Não poderão, tão pouco, ser submetidas a nenhum tribunal arbitral.

Artigo VI

Em caso de litígio, cujo objeto, segundo a legislação interna de uma das Partes Contratantes, dependa da competência dos seus tribunais nacionais, a questão não será submetida aos processos previstos neste tratado, senão quando for alegada denegação de justiça, depois de julgamento definitivo proferido em tempo razoável pela autoridade nacional competente.

de un tribunal arbitral, todas las controversias que no hayan sido ajustadas, por medio del procedimiento de conciliación previsto en el presente tratado, y que tengan por objeto:

- a) la interpretación de un tratado;
- b) cualquier punto de derecho internacional;
- c) la existencia de cualquier hecho que, de haberse verificado, constituiría la violación de un compromiso internacional;
- d) la naturaleza y la extensión de la reparación debida por esa violación.

Cuando entre ambas Partes Contratantes hubiere divergencia acerca de si el litigio está o no comprendido en alguna de las categorías arriba indicadas, esa cuestión preliminar será sometida a la Corte Permanente de Justicia Internacional. Ambas Partes se comprometen a acatar la opinión de la Corte a tal respecto y a proceder en consecuencia.

Artículo IV

En cada caso particular que haya de ser sometido a la Corte Permanente de Justicia Internacional, o a un tribunal arbitral, las Partes Contratantes concluirán un compromiso, por cambio de notas entre sí, en el cual se determinen claramente el objeto del litigio, los poderes conferidos a la Corte o al tribunal arbitral, los plazos y demás condiciones convenidas entre ellas.

A falta de acuerdo entre las Partes acerca del compromiso, y después de aviso previo de un mes, cualquiera de ellas tendrá la facultad de llevar el asunto, directamente, por vía de simple requerimiento a la Corte Permanente de Justicia Internacional.

Artículo V

Las cuestiones que ya hayan sido objeto de acuerdo definitivo entre ambas Partes Contratantes no podrán dar lugar al recurso ante la Corte Permanente de Justicia Internacional, salvo si la controversia versare sobre la interpretación o ejecución de tal acuerdo. Tampoco podrán ser sometidas a ningún tribunal arbitral.

Artículo VI

En caso de litigio cuyo objeto, según la legislación interna de una de las Partes Contratantes, depende de la competencia de sus tribunales nacionales, la cuestión no será sometida a los procedimientos previstos en este tratado, sino cuando se alegue denegación de justicia, después de sentencia definitiva, dictada en tiempo razonable por la autoridad nacional competente.

Artigo VII

Nos casos em que se procure uma solução arbitral, cada uma das Partes Contratantes designará um árbitro que não seja de nacionalidade da Parte que o designar e tratará de se entender com a outra Parte sobre a escolha de mais um árbitro, que não deverá pertencer a nenhuma das nacionalidades a que pertençam os outros dois. Esse terceiro árbitro será o presidente do tribunal assim constituído.

Se houver desacordo quanto à escolha do terceiro árbitro, as duas Partes Contratantes pedirão ao Presidente da Corte Suprema dos Estados Unidos da América que faça a designação do presidente do tribunal.

As decisões do tribunal arbitral serão tomadas por maioria de votos. As duas Partes se comprometem a respeitá-las.

Artigo VIII

Se a sentença da Corte Permanente de Justiça Internacional ou do tribunal arbitral declarar que uma decisão tomada ou uma medida ordenada por alguma autoridade judiciária ou qualquer outra autoridade de uma das Partes Contratantes se acha inteira ou parcialmente em oposição com o direito internacional, e se o direito constitucional da dita Parte não permitir ou só imperfeitamente permitir que desapareçam as consequências dessa decisão ou dessa medida, as Partes concordam em que, pela própria sentença da Corte ou do tribunal arbitral, deverá ser concedida à Parte lesada satisfação equitativa.

Artigo IX

Sob reserva de cláusula compromissória em contrário, cada Parte Contratante poderá pedir ao tribunal arbitral que der a sentença a revisão desta. Esse pedido, porem, não poderá ser motivado senão pelo descobrimento de algum fato que poderia ter exercido influência decisiva sobre a sentença e que, por ocasião do encerramento dos debates, era desconhecido do próprio tribunal e da Parte que pedir a revisão.

§ 1.º Se, por uma razão qualquer, um ou mais membros do tribunal que proferiu a sentença, não puder tomar parte na revisão, a sua substituição será feita da maneira fixada para a sua nomeação.

§ 2.º O prazo dentro do qual o pedido de revisão poderá ser feito deverá ser determinado na sentença arbitral, a menos que o tenha sido no compromisso.

Artigo X

Se uma das Partes Contratantes alegar que a controvérsia que as divide versa sobre questão que, por sua natureza e segundo o direito internacional, pertence exclusivamente à competência ou à jurisdição doméstica de tal

Artículo VII

En los casos en que se recurra a una solución arbitral, cada una de las Partes Contratantes designará un árbitro, que no sea de la nacionalidad de la Parte que lo designa, y tratará de entenderse con la otra Parte para designar un árbitro más, que no deberá pertenecer a ninguna de las nacionalidades a que pertenezcan los otros dos. Ese tercer árbitro será el Presidente del tribunal así constituido.

Si hubiere desacuerdo con respecto a la elección del tercer árbitro, ambas Partes Contratantes pedirán al Presidente de la Corte Suprema de los Estados Unidos que haga la designación del Presidente del Tribunal.

Las decisiones del tribunal arbitral serán tomadas por mayoría de votos. Las dos Partes se comprometen a respetarlas.

Artículo VIII

Si la sentencia de la Corte Permanente de Justicia Internacional o del tribunal arbitral declarase que una decisión tomada o una medida ordenada por alguna autoridad judicial o cualquier otra autoridad dependiente de una de las Partes Contratantes se encuentra, en todo o en parte, en oposición con el derecho internacional, y si el derecho constitucional de dicha Parte no permitiera, o sólo lo permitiera imperfectamente, que desaparezcan las consecuencias de esa decisión o de esa medida, las Partes están de acuerdo en que, por la propia sentencia de la Corte o del tribunal arbitral, deberá concederse a la Parte lesionada satisfacción equitativa.

Artículo IX

Bajo reserva de estipulación en contrario en la cláusula compromisoria, cada Parte Contratante podrá pedir al tribunal arbitral que haya dictado la sentencia, la revisión de ésta. Sin embargo, esa petición no podrá ser motivada sino por el descubrimiento de algún hecho que pudiera haber ejercido influencia decisiva sobre la sentencia y que, para la época de cerrarse los debates, era desconocido del propio tribunal y de la Parte que pidiera la revisión.

Parágrafo 1.º Si, por cualquier razón, uno o más miembros del tribunal que dictó la sentencia no pudieren tomar parte en la revisión, su substitución se hará de la misma manera fijada para su designación.

Parágrafo 2.º El plazo dentro del cual podrá hacerse la petición de revisión deberá determinarse en la sentencia arbitral, a menos que ya lo haya sido en el compromiso.

Artículo X

Si una de las Partes Contratantes alegare que la controversia que las divide versa sobre asunto que, por su naturaleza y según el derecho internacional, pertenece exclusivamente a la competencia o a la jurisdicción

parte, e se a parte adversa reconhecer justa a alegação, o litígio será submetido ao processo de conciliação indicado no artigo XVIII.

Se, ao contrário, a parte adversa assim não o reconhecer, a exceção será julgada pela Corte Permanente de Justiça Internacional. Se esta reconhecer que a exceção tem fundamento, o litígio será submetido à Comissão permanente de conciliação, a que se referem os artigos XI e seguintes. Na hipótese contrária a própria Corte decidirá sobre o mérito do litígio.

Artigo XI

As Altas Partes Contratantes instituirão uma Comissão permanente de conciliação, composta de cinco membros.

Cada uma das partes designará dois desses membros, sendo somente um deles natural do país que o nomear. O quinto será o Presidente e a sua escolha se fará por acordo entre as duas Partes Contratantes, entendendo-se, porém, que não pertencerá a nenhuma das nacionalidades já representadas na Comissão.

Artigo XII

A Comissão permanente de conciliação deverá estar constituída e pronta para funcionar seis meses depois da troca de ratificações do presente tratado.

Salvo acordo em contrário das Partes Contratantes, a Comissão será nomeada por tres anos, que se prorrogarão automaticamente por outros tres anos, e assim sucessivamente, a não ser que, dentro de tres meses antes do fim de cada prazo, as Partes não resolvam modificá-la, ou substituí-la por completo.

Qualquer vaga que ocorra na Comissão deverá ser preenchida imediatamente.

Artigo XIII

A Comissão reunir-se-á, salvo acordo das Partes em contrário, no lugar designado pelo seu Presidente.

Artigo XIV

A Comissão poderá ser convocada por qualquer das Partes Contratantes que, para esse efeito, se dirigirá ao respectivo Presidente.

Artigo XV

Salvo estipulação em contrário, acordada pelas Altas Partes Contratantes, a Comissão estabelecerá, ela própria, as regras do seu processo que, em qualquer caso, deverá ser contraditório. Se não houver unanimidade,

doméstica de dicha Parte, y si la Parte contraria reconociere justo el alegato, el litigio será sometido al proceso de conciliación indicado en el Artículo XVIII.

Si, por el contrario, la Parte opuesta no lo reconociere así, la excepción será juzgada por la Corte Permanente de Justicia Internacional. Si ésta reconociere que la excepción es fundada, el litigio será sometido a la Comisión Permanente de Conciliación a que se refieren los artículos XI y siguientes. En la hipótesis contraria, la propia Corte decidirá acerca del mérito del litigio.

Artículo XI

Las Altas Partes Contratantes instituirán una Comisión Permanente de Conciliación, compuesta de cinco miembros.

Cada una de las Partes designará dos de esos miembros, siendo sólo uno de ellos natural del país que lo nombra. El quinto será el Presidente y su designación se hará por acuerdo entre las dos Partes Contratantes, entendiéndose, sin embargo, que no pertenecerá a ninguna de las nacionalidades ya representadas en la Comisión.

Artículo XII

La Comisión Permanente de Conciliación deberá estar constituida y pronta a funcionar dentro de seis meses después del canje de ratificaciones del presente tratado.

Salvo acuerdo en contrario de las Partes Contratantes, la Comisión será nombrada por tres años, que se prorrogarán automáticamente por otros tres años, y así sucesivamente, a no ser que, dentro de los tres últimos meses de cada término, las Partes resolvieran modificarla o reemplazarla por completo.

Las vacantes que ocurran en la Comisión deberán ser llenadas inmediatamente.

Artículo XIII

La Comisión se reunirá, salvo acuerdo en contrario entre las Partes, en el lugar designado por su Presidente.

Artículo XIV

La Comisión podrá ser convocada por cualquiera de las Partes Contratantes que, a ese efecto, se dirigirá al Presidente respectivo.

Artículo XV

Salvo estipulación en contrario entre las Altas Partes Contratantes, la Comisión establecerá, ella misma, las reglas de su procedimiento, que, en todo caso, deberá ser contradictorio. Si no hubiere unanimidad, se seguirá

adotar-se-á o processo previsto pelo Título III da Convenção da Haia para a solução pacífica das controvérsias internacionais, de 18 de Outubro de 1907. As decisões da Comissão serão por maioria de votos e ela não se poderá pronunciar sobre o mérito da controvérsia sem a presença de todos os seus membros.

As Partes serão representadas junto à Comissão por agentes, que terão a incumbência de servir de intermediários entre elas e a Comissão.

Artigo XVI

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a facilitar os trabalhos da Comissão Permanente de Conciliação e, especialmente, a fornecer-lhe na mais larga medida possível, todos os documentos e informações úteis, assim como a usar dos meios de que disponham para lhe permitirem que proceda, nos seus respectivos territórios e segundo suas leis, à citação e à audição de testemunhas ou peritos e a outras diligências.

Artigo XVII

Durante os trabalhos da Comissão, cada comissário receberá uma indenização pecuniária, cuja importância será fixada, de comum acordo, pelas Partes Contratantes.

Cada um dos dois Governos pagará suas próprias despesas e uma parte igual das despesas comuns da Comissão, compreendidas nestas as indenizações previstas na primeira alínea deste artigo.

Artigo XVIII

Todas as questões sobre as quais as Partes Contratantes não cheguem a acordo amigável mediante os processos diplomáticos ordinários, serão submetidas ao processo de conciliação, a não ser que as Partes Contratantes convenham em submetê-las à solução arbitral ou judicial, conforme o artigo III.

Artigo XIX

A Comissão permanente de conciliação terá por missão elucidar as questões em litígio, recolher, para esse fim, todas as informações uteis, por via de inquérito ou de outra forma, e esforçar-se por conciliar as Partes.

Ela poderá, após exame do assunto, expor às Partes os termos do acordo que lhe parecer conveniente, e deverá, em todos os casos, apresentar parecer sobre a controvérsia.

el procedimiento establecido en el Título III de la Convención de La Haya para el arreglo pacífico de las controversias internacionales, del 17 de Octubre de 1907. Las decisiones de la Comisión serán por mayoría de votos y ella no podrá pronunciarse sobre el mérito de la controversia sin la presencia de todos sus miembros.

Las Partes serán representadas cerca de la Comisión por agentes, que tendrán el encargo de servir de intermediarios entre aquéllas y la Comisión.

Artículo XVI

Las Altas Partes Contratantes se comprometen a facilitar los trabajos de la Comisión Permanente de Conciliación y, especialmente, a suministrarle, de la manera más amplia posible, todos los documentos e informaciones útiles, así como también a emplear los medios de que dispongan para permitirle que proceda a citar y oír testigos o peritos y a otras diligencias, en sus respectivos territorios y según sus leyes.

Artículo XVII

Durante los trabajos de la Comisión, cada Comisario recibirá una compensación pecuniaria, cuyo monto será fijado, de común acuerdo, por las Partes Contratantes.

Cada uno de los dos Gobiernos pagará sus propios gastos y una parte igual de los gastos comunes de la Comisión, comprendidas en éstos las compensaciones previstas en la primera parte de este artículo.

Artículo XVIII

Todas las cuestiones sobre las cuales las Partes Contratantes no lleguen a un acuerdo amigable mediante los procedimientos diplomáticos ordinarios, serán sometidas al procedimiento de conciliación, a menos que las Partes Contratantes convengan en someterlas a la solución arbitral o judicial conforme al artículo III.

Artículo XIX

La Comisión Permanente de Conciliación tendrá por misión elucidar las cuestiones en litigio, recoger, con ese fin todas las informaciones útiles por vía de investigación o en otra forma, y esforzarse por conciliar las Partes.

Ella podrá, después de examinar el asunto, informar a las Partes los términos del acuerdo que le pareciere conveniente y deberá, en todos los casos, someter una opinión acerca de la controversia.

Artigo XX

O parecer da Comissão Permanente de Conciliação será apresentado dentro de um ano, a contar da data em que ela houver iniciado os seus trabalhos, podendo esse prazo ser prorrogado, por mútuo acordo das Altas Partes Contratantes.

Tal parecer será puramente consultivo.

Artigo XXI

Apresentado o parecer a que se refere o artigo anterior, as Altas Partes Contratantes terão seis meses para negociar um acordo, sobre as bases do mesmo. Se, após esses seis meses, não houver conciliação, o litígio será levado à decisão de um tribunal arbitral, nos termos dos artigos IV e VII deste tratado.

As Partes Contratantes reservam-se a faculdade de submeter o litígio de comum acordo, à Corte Permanente de Justiça Internacional, a qual julgará então *ex æquo et bono*.

Artigo XXII

Os dois Governos se comprometem a abster-se, durante o curso de qualquer processo aberto em virtude deste tratado, de toda medida suscetível de agravar o conflito ou executar as medidas provisórias que, na hipótese de litígio resultante de atos já efetuados ou em vias de o serem, a Corte Permanente de Justiça Internacional, o tribunal arbitral ou a Comissão de Conciliação, segundo o caso, julgue devam ser adotadas.

Artigo XXIII

As contestações que surjam sobre a interpretação ou execução do presente tratado serão submetidas, salvo acordo em contrário, das Altas Partes Contratantes, à Corte Permanente de Justiça Internacional, por via de simples requerimento de qualquer das mesmas Partes.

Artigo XXIV

Desde a sua entrada em vigor este tratado substituirá, para todos os efeitos, a Convenção de Arbitragem celebrada em Caracas, entre o Brasil e a Venezuela, a 30 de Abril de 1909.

Artículo XX

La opinión de la Comisión Permanente de Conciliación será presentada dentro de un año a contar de la fecha en que hubiere iniciado sus trabajos. El plazo podrá ser prorrogado de mutuo acuerdo por las Altas Partes Contratantes.

La opinión de la Comisión será puramente consultiva.

Artículo XXI

Presentada la opinión a que se refiere el artículo anterior, las Altas Partes Contratantes tendrán seis meses para negociar un acuerdo sobre las bases de dicha opinión. Si después de esos seis meses no hubiere conciliación, la controversia será sometida a la decisión de un tribunal arbitral, según lo establecido en los Artículos IV y VII de este tratado.

Las Partes Contratantes se reservan la facultad de someter de común acuerdo la controversia a la Corte Permanente de Justicia Internacional que, entonces, decidirá *ex æquo et bono*.

Artículo XXII

Los dos Gobiernos se comprometen a abstenerse, durante el curso de cualquier procedimiento abierto en virtud de este tratado, de toda medida susceptible de agravar el conflicto, y ejecutar las medidas provisionales que, en la hipótesis de litigio resultante de actos ya efectuados o en vías de serlo, la Corte Permanente de Justicia Internacional, el tribunal arbitral o la Comisión de Conciliación, según el caso, juzgue que deban adoptarse.

Artículo XXIII

Las diferencias que surgieren acerca de la interpretación o ejecución del presente tratado serán sometidas, salvo acuerdo en contrario de las Altas Partes Contratantes, a la Corte Permanente de Justicia Internacional, por vía de simple requerimiento de cualquiera de las Partes.

Artículo XXIV

Desde su entrada en vigor, este tratado substituirá, para todos los efectos, la Convención de Arbitraje, celebrada en Caracas, entre el Brasil y Venezuela el 30 de Abril de 1909.

Artigo XXV

Este tratado, preenchidas as formalidades legais em cada um dos dois países contratantes, será ratificado e as ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

Vigorará por dez anos a contar da data da troca das ratificações, mas, não sendo denunciado seis meses antes do vencimento deste prazo, será renovado tacitamente, por outro período de dez anos, e assim sucessivamente.

Em qualquer caso, os processos já iniciados no momento da expiração do prazo do tratado prosseguirão até o seu termo normal.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários acima indicados firmaram o presente tratado em dois exemplares, sendo um em português e outro em espanhol, aos quais apuseram os seus respectivos selos, em Caracas, aos trinta dias do mês de Março de 1940.

[L. S.] J. F. DE BARROS PIMENTEL

[L. S.] E. Gil BORGES

Artículo XXV

Este tratado, una vez cumplidas las formalidades legales de cada uno de los Países Contratantes, será ratificado, y las ratificaciones se canjearán en la ciudad de Río de Janeiro en el más breve término posible.

Permanecerá en vigor por diez años, a contar de la fecha del canje de las ratificaciones; pero si no es denunciado seis meses antes del vencimiento de ese plazo, se entenderá renovado tácitamente por otro período de diez años, y así sucesivamente.

En cualquier caso, los procedimientos ya comenzados en el momento de expirar el plazo del tratado, continuarán su curso hasta su conclusión normal.

EN FE DE LO CUAL, los plenipotenciarios arriba indicados han firmado el presente tratado, en doble ejemplar, en portugués y en castellano, y lo han sellado con sus respectivos sellos, en Caracas, a los treinta días del mes de Marzo de 1940.

[L. S.] J. F. DE BARROS PIMENTEL

[L. S.] E. Gil BORGES

TRANSLATION — TRADUCTION

No. 195. TREATY¹ BETWEEN BRAZIL AND VENEZUELA
FOR THE PACIFIC SETTLEMENT OF DISPUTES.
SIGNED AT CARACAS, ON 30 MARCH 1940

The President of the Republic of the United States of Venezuela and the President of the Republic of the United States of Brazil, sincerely desirous of expressing in solemn form the peaceful sentiments animating their respective peoples, and of manifesting their desire to renounce all recourse to armed force as an instrument of policy between the two nations, have resolved to enter into a treaty for the pacific settlement of disputes which may arise between them, and to this end have appointed as their Plenipotentiaries :

The President of the Republic of the United States of Brazil : Mr. José Francisco de Barros Pimentel, Ambassador of Brazil in the United States of Venezuela; and

The President of the United States of Venezuela : Dr. Esteban Gil Borges, Minister of Foreign Affairs of the United States of Venezuela;

Who, having exchanged their full powers, found in good and due form, have agreed as follows :

Article I

The two High Contracting Parties mutually undertake in no case to resort to war, or to commit any act of aggression one against the other.

Article II

The two High Contracting Parties also undertake to submit to one of the procedures for pacific settlement indicated in the present Treaty all disputes, whatever their nature or cause, which may arise between them and which it may not have been possible to settle peaceably through the ordinary diplomatic channels.

¹ Came into force on 9 January 1941 by the exchange of the instruments of ratification at Rio de Janeiro, in accordance with Article XXV.

TRADUCTION — TRANSLATION

**N° 195. TRAITÉ¹ ENTRE LE BRÉSIL ET LE VENEZUELA
POUR LE RÈGLEMENT PACIFIQUE DES DIFFÉRENDS.
SIGNÉ A CARACAS, LE 30 MARS 1940**

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil et le Président de la République des Etats-Unis du Venezuela, sincèrement désireux d'exprimer solennellement les sentiments pacifiques qui animent leurs peuples respectifs et de manifester le désir de renoncer au recours à la guerre comme instrument de politique réciproque entre les deux pays, ont résolu de conclure un traité pour le règlement pacifique des différends qui pourraient surgir entre les deux pays, et, à cette fin, ont désigné pour leurs plénipotentiaires, savoir :

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil : M. José Francisco de Barros Pimentel, Ambassadeur du Brésil aux Etats-Unis du Venezuela;

Le Président des Etats-Unis du Venezuela : M. Esteban Gil Borges, Ministre des Relations extérieures des Etats-Unis du Venezuela;

Lesquels, après avoir échangé leurs pleins pouvoirs reconnus en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

Article premier

Les deux Hautes Parties contractantes prennent l'engagement réciproque de ne recourir, en aucun cas, à la guerre et de ne se livrer à aucun acte d'agression l'une contre l'autre.

Article II

Les deux Hautes Parties contractantes s'engagent également à soumettre à l'une des procédures de règlement pacifique indiquées dans le présent Traité tous les différends, quelle que soit leur nature ou leur cause, qui viendraient à surgir entre elles et qu'il ne serait pas possible de régler à l'amiable par les voies diplomatiques ordinaires.

¹ Entré en vigueur le 9 janvier 1941 par l'échange des instruments de ratification à Rio-de-Janeiro, conformément à l'article XXV.

Article III

Subject to the reservation established in the last part of Article II, all disputes shall be submitted to the Permanent Court of International Justice or to an Arbitral Tribunal, if they have not been previously settled by the conciliation procedure established in the present Treaty, and if they arise from :

- a) the interpretation of a Treaty;
- b) any point of international law;
- c) the existence of the fact, which if verified, would constitute the breach of an international agreement;
- d) the nature and extent of the reparation due for such a breach.

If there is disagreement between the two High Contracting Parties as to whether or not the dispute can be classed under one of the above heads, this preliminary question shall be submitted to the Permanent Court of International Justice. Both Parties agree to accept the opinion of the Court on the matter and to proceed accordingly.

Article IV

In each individual case which may have to be submitted to the Permanent Court of International Justice, or to an Arbitral Tribunal, the High Contracting Parties shall conclude a special agreement, by an exchange of notes, in which shall be set forth clearly the matter in dispute, the powers conferred on the Court, or the Arbitral Tribunal, the periods of time allowed and other conditions agreed upon between them.

If the Parties fail to agree concerning the terms of the special agreement, either Party shall have the right, subject to one month's notice, to submit the matter, by means of a simple request, directly to the Permanent Court of International Justice.

Article V

Questions which have already been the object of a definitive settlement between the Contracting Parties shall not be re-opened before the Permanent Court of International Justice, unless the dispute arises from the interpretation or execution of the said settlement. Furthermore such questions shall not be submitted to an arbitral tribunal.

Article VI

In the case of a dispute, the occasion of which, according to the municipal law of one of the High Contracting Parties, falls within the competence of its national courts, the question shall not be submitted for settlement by the methods laid down in the present Treaty, unless denial of justice is alleged after a decision with final effect has been pronounced within a reasonable time by the competent authority.

Article III

Compte tenu de la réserve stipulée à la fin de l'article précédent, seront soumis à la Cour permanente de Justice internationale ou à un tribunal arbitral, tous les différends qui n'auront pas été réglés par la procédure de conciliation prévue au présent Traité et qui porteront sur :

- a) l'interprétation d'un traité;
- b) tout point de droit international;
- c) la réalité de tout fait qui, s'il était établi, constituerait la violation d'un engagement international;
- d) la nature ou l'étendue de la réparation due pour une telle violation.

Lorsqu'il s'élèvera entre les Parties contractantes une contestation sur le point de savoir si le litige relève de l'une des catégories indiquées ci-dessus, cette question préliminaire sera soumise à la Cour permanente de Justice internationale. Les deux Parties s'engagent à accepter l'avis de la Cour sur la question et à procéder en conséquence.

Article IV

Chaque fois qu'un cas d'espèce se présentera, qui doit être soumis à la Cour permanente de Justice internationale ou à un tribunal arbitral, les Parties contractantes concluront, par échange de notes, un accord de compromis dans lequel seront clairement précisés l'objet du litige, les pouvoirs conférés à la Cour ou au tribunal arbitral, les délais et autres conditions dont elles seront convenues.

A défaut d'un accord de compromis, chaque Partie aura la faculté, moyennant préavis d'un mois, de porter directement le différend devant la Cour permanente de Justice internationale par voie de simple requête.

Article V

Les questions qui ont déjà fait l'objet d'un accord définitif entre les deux Parties contractantes ne pourront pas donner lieu à un recours devant la Cour permanente de Justice internationale, sauf si le différend porte sur l'interprétation ou l'exécution dudit accord. Lesdites questions ne pourront pas non plus être soumises à un tribunal arbitral.

Article VI

S'il s'agit d'un différend dont l'objet, d'après la législation interne de l'une des Parties contractantes, relève de la compétence de ses tribunaux nationaux, la question ne sera pas soumise aux procédures prévues dans le présent Traité, à moins qu'un déni de justice ne soit allégué après qu'une décision définitive aura été rendue dans un délai raisonnable par l'autorité nationale compétente.

Article VII

In cases where recourse is had to settlement by arbitration, each of the High Contracting Parties shall nominate an arbitrator, who shall not be a national of the Party appointing him, and shall endeavour to reach agreement regarding the nomination of a third arbitrator, who shall not be of the same nationality as either of the other two. This third arbitrator shall be the President of the Tribunal thus constituted.

If there is disagreement with regard to the nomination of the third arbitrator, both High Contracting Parties shall request the Chief Justice of the United States Supreme Court to nominate the President of the Tribunal.

The decisions of the Arbitral Tribunal shall be taken by a majority vote. The two Parties undertake to respect them.

Article VIII

If, in the judgment of the Permanent Court of International Justice or the award of the Arbitral Tribunal, it is declared that a decision made or a measure enjoined, by a court of law or any other authority of one of the High Contracting Parties is, wholly or partly, contrary to international law, and if the Constitutional law of that Party does not permit, or only partially permits, the consequences of such decision or measure to be annulled, the High Contracting Parties agree that the sentence of the court or arbitral award shall grant the injured Party equitable satisfaction.

Article IX

Save as otherwise provided in the terms of the special agreement, each High Contracting Party may request the Arbitral Tribunal which rendered the decision to review the decision. Such a request however may only be made if some fact is brought to light which might have had a decisive effect on the decision, and which, at the time when the proceedings were closed, was not known to the Tribunal or to the Party making the request.

Paragraph 1. If, for any reason, one or more members of the Tribunal which made the decision are prevented from taking part in the review, the vacancy or vacancies shall be filled in the manner fixed for the nominations.

Paragraph 2. The time limit within which a request for review must be submitted shall be prescribed in the arbitral decision, unless this is already laid down in the special agreement.

Article VII

Dans les cas où il sera recouru à un règlement arbitral, chacune des Parties contractantes désignera un arbitre n'ayant pas la nationalité de la Partie qui le nomme, et elle s'efforcera de s'entendre avec l'autre Partie pour la désignation d'un troisième arbitre qui ne devra pas être de la même nationalité que l'un ou l'autre des deux premiers arbitres. Ce tiers arbitre sera le Président du tribunal ainsi constitué.

En cas de désaccord sur le choix du tiers arbitre, les deux Parties contractantes demanderont au Président de la Cour suprême des Etats-Unis d'Amérique de désigner le Président du tribunal arbitral.

Les décisions du tribunal arbitral seront prises à la majorité des voix. Les deux Parties s'engagent à respecter lesdites décisions.

Article VIII

Si la sentence de la Cour permanente de Justice internationale ou du tribunal arbitral déclare qu'une décision prise ou une mesure ordonnée par une autorité judiciaire ou toute autre autorité de l'une des Parties contractantes se trouve entièrement ou partiellement en opposition avec le droit international, et si le droit constitutionnel de ladite Partie ne permet pas ou ne permet qu'imparfaitement d'effacer les conséquences de cette décision ou de cette mesure, les Parties contractantes conviennent qu'ils devra être accordé par la sentence de la Cour ou du tribunal arbitral, à la Partie lésée, une réparation équitable.

Article IX

Sous réserve de stipulations contraires figurant dans le compromis, chacune des Parties contractantes pourra demander au tribunal arbitral qui aura prononcé la sentence de la reviser. Toutefois, seule pourra être invoquée à l'appui d'une telle requête la découverte d'un fait qui aura pu exercer une influence décisive sur la sentence et qui, lors de la clôture des débats, n'était pas connu du tribunal lui-même ni de la Partie qui demande la revision.

1° Si, pour une raison quelconque, un ou plusieurs des membres du tribunal qui a rendu la sentence ne peuvent prendre part à la revision, il sera procédé à leur remplacement de la manière prévue pour leur désignation.

2° Le délai dans lequel la revision pourra être demandée devra être fixé dans la sentence arbitrale, à moins qu'il ne l'ait déjà été dans le compromis.

Article X

Should one of the High Contracting Parties allege that the dispute between the two is connected with a matter which by its nature and in accordance with international law lies exclusively within the competence or the domestic jurisdiction of the said Party, and if the opposing Party acknowledges the correctness of this allegation, the dispute shall be submitted to the conciliation procedure indicated in Article XVIII.

If, on the contrary, the other Party does not admit the allegation, the matter shall be decided by the Permanent Court of International Justice. If the latter declares that the claim is well-founded, the dispute shall be submitted to the Permanent Conciliation Commission, referred to in Articles XI *et seq.* Otherwise, the Court itself shall decide on the substance of the dispute.

Article XI

The High Contracting Parties shall constitute a Permanent Conciliation Commission composed of five members.

Each of the Parties shall nominate two members, only one of whom shall be a national of the country which nominates him. The fifth member shall be the President, and shall be nominated by agreement between the two High Contracting Parties, it being understood that he shall not be a national of any State already represented on the Commission.

Article XII

The Permanent Conciliation Commission shall be constituted and ready to function within six months of the exchange of ratifications of the present Treaty.

In the absence of an agreement to the contrary between the Parties, the Commission shall be appointed for three years, and its existence shall be extended automatically for a further three years, and similarly thereafter, unless, during the last three months of any such period, the Parties decide to make changes in the Commission or to renew it entirely.

Any vacancies occurring on the Commission shall be filled immediately.

Article XIII

In the absence of agreement to the contrary between the Parties, the Commission shall meet at the place appointed by its President.

Article XIV

The Commission may be convened by either of the High Contracting Parties, which to this end shall make application to the President.

Article X

Si l'une des Parties contractantes allègue que le différend qui les divise porte sur une question qui, par sa nature et selon le droit international, relève exclusivement de la compétence ou de la juridiction interne de ladite Partie et si la Partie adverse reconnaît le bien-fondé de cette allégation, le litige sera soumis à la procédure de conciliation indiquée à l'article XVIII.

Si, au contraire, la Partie adverse ne reconnaît pas le bien-fondé de l'allégation, la Cour permanente de Justice internationale statuera sur l'exception. Si la Cour reconnaît que l'exception est fondée, le litige sera soumis à la Commission permanente de conciliation visée aux articles XI et suivants. Dans le cas contraire, la Cour se prononcera elle-même sur le fond du litige.

Article XI

Les Hautes Parties contractantes établiront une Commission permanente de conciliation composée de cinq membres.

Chacune des Parties désignera deux membres dont l'un seulement sera le ressortissant du pays qui le nomme. Le cinquième membre sera le Président et il sera choisi par voie d'accord entre les deux Parties contractantes, étant entendu toutefois qu'il ne pourra appartenir à aucune des nationalités déjà représentées à la Commission.

Article XII

La Commission permanente de conciliation devra être constituée et prête à fonctionner dans le délai de six mois à compter de l'échange des ratifications du présent traité.

Sauf accord contraire des Parties contractantes, la Commission sera nommée pour une durée de trois ans qui sera automatiquement prolongée d'autant tous les trois ans, à moins que, au cours des trois derniers mois de l'une de ces périodes, les Parties ne décident de modifier la composition de la Commission ou de la renouveler dans son ensemble.

Il devra être pourvu immédiatement aux vacances qui viendraient à se produire dans la Commission.

Article XIII

Sauf accord contraire des Parties, la Commission se réunira au lieu désigné par le Président.

Article XIV

La Commission pourra être convoquée par l'une quelconque des Parties contractantes qui s'adressera, à cet effet, au Président.

Article XV

In the absence of agreement to the contrary between the High Contracting Parties, the Commission itself shall lay down its own procedure, which in any case, must provide for both Parties being heard. In the absence of unanimity, the procedure established in Part III of the Hague Convention of 18 October 1907,¹ for the Pacific Settlement of International Disputes shall be followed. The decisions of the Commission shall be taken by a majority vote, and the Commission shall not take a decision on the substance of the dispute unless all its members are present.

The Parties shall be represented before the Commission by agents, whose duty it shall be to act as intermediaries between them and the Commission.

Article XVI

The High Contracting Parties undertake to facilitate the work of the Permanent Conciliation Commission and particularly to supply it to the greatest possible extent with all relevant documents and information, as well as to use the means at their disposal to allow it to proceed in their territory and in accordance with their law, to the summoning and hearing of witnesses or experts and undertake all other proceedings.

Article XVII

During the proceedings of the Commission, each of the Commissioners shall receive emoluments, the amount of which shall be fixed by agreement between the High Contracting Parties.

Each of the two Governments shall pay its own expenses and contribute an equal share to the common expenses of the Commission, including the emoluments provided for in the first paragraph of the present Article.

Article XVIII

All questions concerning which the High Contracting Parties have not been able to reach friendly agreement through the ordinary diplomatic channels, shall be submitted to conciliation procedure, unless the Parties agree to submit them to arbitral or judicial settlement in accordance with Article III.

¹ League of Nations, *Treaty Series*, Volume LIV, page 485 and Volume CXXXIV, page 453.

Article XV

Sauf stipulation contraire entre les Hautes Parties contractantes, la Commission fixera elle-même sa procédure qui, dans tous les cas, devra être contradictoire. A défaut d'unanimité, il sera fait application de la procédure prévue au titre III de la Convention de La Haye pour le règlement pacifique des conflits internationaux, en date du 18 octobre 1907¹. Les décisions de la Commission seront prises à la majorité des voix et la Commission ne pourra se prononcer sur le fond du litige que si tous ses membres sont présents.

Les Parties seront représentées auprès de la Commission par des agents ayant mission de servir d'intermédiaires entre elles et la Commission.

Article XVI

Les Hautes Parties contractantes s'engagent à faciliter les travaux de la Commission permanente de conciliation et, en particulier, à lui fournir, dans la plus large mesure possible, tous documents et informations utiles, ainsi qu'à user des moyens dont elles disposent pour lui permettre de procéder sur leur territoire et selon leur législation à la citation et à l'audition de témoins ou d'experts, et à toutes autres opérations.

Article XVII

Pendant la durée des travaux de la Commission, chacun des commissaires recevra une indemnité en argent dont le montant sera arrêté du commun accord des Parties contractantes.

Chacun des deux Gouvernements acquittera ses propres frais ainsi que la moitié des frais communs de la Commission, dans lesquels seront comprises les indemnités prévues au premier alinéa du présent article.

Article XVIII

Toutes les questions sur lesquelles les Parties contractantes n'auront pas abouti à un accord amiable par les voies diplomatiques ordinaires seront soumises à la procédure de conciliation à moins que les Parties contractantes ne conviennent de les soumettre à un règlement arbitral ou judiciaire conformément à l'article III.

¹ Société des Nations, *Recueil des Traités*, volume LIV, page 435 et volume CXXXIV, page 453.

Article XIX

The task of the Permanent Conciliation Commission shall be to elucidate the questions in dispute, to collect with that object all necessary information, by means of enquiry or otherwise and to endeavour to bring the Parties to an agreement.

It may, after the case has been examined, inform the Parties of the terms of settlement which seem to it suitable, and shall in all cases submit an opinion on the dispute.

Article XX

The opinion of the Permanent Conciliation Commission shall be submitted within one year reckoned from the date on which it opened its proceedings. This period may be extended by mutual agreement between the High Contracting Parties.

The opinion of the Commission shall be purely advisory in character.

Article XXI

When the opinion referred to in the preceding Article has been submitted, the High Contracting Parties shall have six months to negotiate a settlement on the basis of that opinion. If agreement is not reached after six months, the dispute shall be submitted for the decision of an Arbitral Tribunal in accordance with the provisions of Articles IV and VII of the present Treaty.

The High Contracting Parties reserve the right to agree to submit the dispute to the Permanent Court of International Justice which shall then decide *ex æquo et bono*.

Article XXII

The two Governments undertake to refrain, during the course of any proceedings opened under the present Treaty, from any measures likely to aggravate the dispute, and to carry out the provisional measures which, in the case of disputes arising from acts already committed or in the course of being committed, the Permanent Court of International Justice, the Arbitral Tribunal or the Conciliation Commission, according to the circumstances, consider advisable.

Article XXIII

In the absence of an agreement to the contrary between the High Contracting Parties, disputes relating to the interpretation of the present Treaty shall be submitted to the Permanent Court of International Justice, on the application of either Party.

Article XIX

La Commission permanente de conciliation aura pour tâche d'élucider les questions en litige, de recueillir à cette fin toutes les informations utiles, par voie d'enquête ou autrement, et de s'efforcer de concilier les Parties.

Elle pourra, après examen de l'affaire, exposer aux Parties les termes de l'arrangement qui lui paraîtrait convenable et elle devra dans tous les cas émettre un avis sur le différend.

Article XX

L'avis de la Commission permanente de conciliation sera émis dans le délai d'une année à compter de la date à laquelle elle aura commencé ses travaux, ce délai pouvant être prorogé par voie d'accord mutuel entre les Hautes Parties contractantes.

L'avis de la Commission sera purement consultatif.

Article XXI

Après que l'avis, mentionné à l'article précédent, aura été prononcé, les Hautes Parties contractantes auront six mois pour négocier un accord sur les bases dudit avis. Si au bout de six mois, il n'y a pas eu conciliation, le litige sera soumis à la décision d'un tribunal arbitral, conformément aux dispositions des articles IV et VII du présent Traité.

Les Parties contractantes se réservent la faculté de soumettre, d'un commun accord, le différend à la Cour permanente de Justice internationale qui statuera alors *ex æquo et bono*.

Article XXII

Pendant la durée de toute procédure engagée en vertu du présent Traité, les deux Gouvernements s'engagent à s'abstenir de toutes mesures pouvant aggraver le conflit et à exécuter les mesures provisoires dont la Cour permanente de Justice internationale, le tribunal arbitral ou la Commission de conciliation, suivant le cas jugeraient l'adoption nécessaire dans un litige résultant d'actes déjà accomplis ou en voie de l'être.

Article XXIII

Les différends qui surgiraient au sujet de l'interprétation ou de l'exécution du présent Traité seront soumis, sauf accord contraire des Hautes Parties contractantes, à la Cour permanente de Justice internationale, par voie de simple requête, présentée par l'une ou l'autre des dites Parties.

Article XXIV

Upon its entry into force, the present Treaty shall, for all its effects, replace the Arbitration Convention entered into by Venezuela and Brazil at Caracas on 30 April 1909.¹

Article XXV

As soon as the legal formalities in each of the Contracting States have been completed, the present Treaty shall be ratified and the ratifications shall be exchanged at Rio de Janeiro as soon as possible.

It shall remain in force for a period of ten years from the date of exchange of ratifications, but if it is not denounced six months before the expiry of this period, it shall be renewed by tacit agreement for a further period of ten years, and similarly thereafter.

In any event proceedings pending at the expiration of the current period of the Treaty shall be duly completed.

IN FAITH WHEREOF the above-named Plenipotentiaries have signed the present Treaty in two copies, one in Portuguese and the other in Spanish, and have thereto affixed their respective seals in Caracas, this 30th day of March 1940.

(Signed) J. F. DE BARROS PIMENTEL

(Signed) E. Gil BORGES

¹ De Martens, *Nouveau Recueil général des Traités*, troisième série, tome VI, page 20.

Article XXIV

Après son entrée en vigueur, le présent *Traité* remplacera dans tous ses effets, la Convention d'arbitrage conclue à Caracas le 30 avril 1909¹ entre le Brésil et le Venezuela.

Article XXV

Après l'accomplissement des formalités légales dans chacun des Etats contractants le présent *Traité* sera ratifié et les ratifications seront échangées à Rio-de-Janeiro, dans le plus bref délai possible.

Il demeurera en vigueur pendant dix années à compter de la date de l'échange des ratifications, et, s'il n'est pas dénoncé six mois avant l'expiration de ladite période, il sera prorogé pour une nouvelle période de dix années et ainsi de suite, par voie de tacite reconduction.

Dans tous les cas, les affaires en cours au moment de l'expiration du présent *Traité* se poursuivront jusqu'à leur conclusion normale.

EN FOI DE QUOI les plénipotentiaires susmentionnés ont signé le présent *Traité* en deux exemplaires, l'un en portugais et l'autre en espagnol, et l'ont revêtu de leurs sceaux respectifs, à Caracas, le trente mars 1940.

(Signé) J. F. DE BARROS PIMENTEL

(Signé) E. Gil BORGES

¹ De Martens, *Nouveau Recueil général des Traités*, troisième série, tome VI, page 20.

